



Diário Oficial



24 Cadernos
368 Páginas

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL ESTADO DO PARÁ

Nº 31.108

ANO CXVI DA IOE 118º DA REPÚBLICA

BELÉM-PARÁ,

SEXTA-FEIRA, 15 DE FEVEREIRO DE 2008

A História no Diário Oficial

ALBERTO ENGELHARD (XXIX)

No dia 16 de janeiro de 1951, o governador Alberto Engelhard baixou a Portaria n. 07, que designava o Doutor Armando de Sousa Corrêa, procurador fiscal da Fazenda do Estado, ou quem suas vezes fizesse, para representar o Governo do Estado do Pará, nos atos necessários ao cumprimento do disposto no artigo 4º. da Lei federal nº. 1.254, de 04 de dezembro de 1950, publicada no Diário Oficial da União, do dia 08 do mesmo mês, que federalizou a Faculdade de Direito do Pará.

Em 19 de janeiro daquele mesmo ano, o Doutor José Cardoso da Cunha Coimbra, em virtude de ser eleito deputado à Assembléia Legislativa do Estado, no pleito de 03 de outubro de 1950, passou suas funções de diretor geral da Imprensa Oficial ao Senhor Álvaro da Costa Lobo, chefe do Serviço de Publicidade, do quadro único, lotado na Imprensa Oficial, para responder pelo expediente da diretoria geral, até ulterior deliberação do governador do Estado.



Informação que faz história

Governo estima a receita e fixa a despesa para o exercício de 2008

A governadora do Estado sanciona a Lei nº. 7.095/2008, que estima a Receita e fixa a Despesa para o exercício financeiro de 2008 e dá outras providências. A lei compreende os orçamentos, fiscal

e da seguridade social, abrangendo os poderes do Estado, seus fundos, órgãos, autarquias e fundações instituídas e mantidas pelo poder público, bem como as empresas estatais dependentes. A lei também

compreende o orçamento de investimento das empresas em que o Estado, direta ou indiretamente, detém a maioria do capital social com direito a voto.

(Cad. 1 - Pág. 5)

Grupo de trabalho para combater violência nos estádios de futebol

Portaria nº. 452/2008, editada pela Procuradoria Geral de Justiça, cria, no âmbito do Ministério Público do Estado do Pará, grupo de trabalho responsável pela elaboração do Plano de Ação do MP na área penal e na área de tutela coletiva relativa à segurança, à saúde, bem-estar e à garantia das re-

lações de consumo, previstas na Lei nº. 10.671/2003, que dispõe sobre o Estatuto do Torcedor. A Procuradoria justifica a medida considerando, entre outros pontos, a celebração do protocolo de intenções celebrado o CNPG e a CBF visando o combate à violência nos estádios de futebol.

(Cad. 21 - Pág. 14)

Uso da pauta nos teatros

A Secretaria de Estado de Cultura retifica o edital nº. 001/2008, que trata da ocupação para uso da pauta nos teatros administrados pela SECULT, dando nova redação aos itens 2.33 e 20.3, que se referem, respectivamente, sobre os períodos de inscrição dos projetos e o período de ocupação.

(Cad. 21 - Pág. 6)

Convênio garante funcionamento da unidade desconcentrada da Jucepa

A Junta Comercial do Estado do Pará e a Associação Empresarial de Santarém celebram convênio objetivando atribuir condições legais ao funcionamento da Unidade Desconcentrada da JUCEPA, no município de Santarém, para o exercício desconcentrado dos serviços do Registro Público de

empresas mercantis e atividades afins. O convênio tem vigência no período de 08 de janeiro de 2008 a 07 de janeiro de 2013. A JUCEPA também edita o extrato da Resolução nº. 01/08, que dispõe sobre a aprovação do reajuste de preços, gratuidade entre outras disposições.

(Cad. 20 - Pág. 4)

Laboratórios de informática

A Secretaria de Educação assina contratos com diversas empresas para execução de serviços de adequação de ambientes para montagem de laboratórios de informática em Escolas Estaduais de Ensino Fundamental e Médio, localizadas nos municípios de Anapú, Porto de Moz, Brasil Novo e Altamira.

(Cad. 21 - Pág. 9)